

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO
Montenegro Cidade das Artes**



PARECER JURÍDICO

ASSUNTO: PDL Nº 04/2019

Trata-se de projeto de decreto legislativo que visa rejeitar as contas do Administrador do Executivo Municipal no exercício de 2016, na gestão do Senhor Luiz Américo Alves Aldana e aprovar as contas de Governo do Administrador Senhor Carlos Einar de Mello.

A exposição de motivos refere que o presente projeto se dá em atendimento ao inciso V, art. 15, da Lei Orgânica Municipal e que levou em consideração o parecer do Tribunal de Contas n.º 19.621 que emitiu, à unanimidade, parecer desfavorável à aprovação as Contas do Gestor Luiz Américo Alves Aldana e no mesmo parecer a unanimidade emitiram parecer favorável as contas de Governo do gestor Carlos Einar de Mello.

O projeto vem acompanhado do processo nº 001928-02.00/16-2 do Egrégio Tribunal Contas do Estado, no qual consta o parecer prévio a respeito das contas dos dois gestores durante o exercício de 2016, acima informadas.

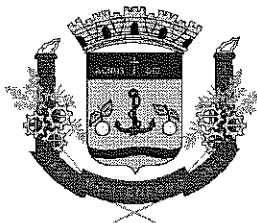
1

Relatei.

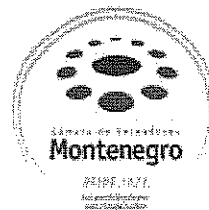
A análise e o julgamento das contas do Prefeito são regulados pelo art. 31 da Constituição Federal:

"Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

§ 1º - O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO
Montenegro Cidade das Artes



§ 2º - O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal."

O art. 71 da Constituição Estadual e o art. 15 da Lei Orgânica do Município contêm previsões no mesmo sentido da norma constitucional.

A Lei Estadual nº 11.424/2000 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado), em seu art. 49, trata do parecer prévio emitido pelo Tribunal a respeito das contas do Prefeito:

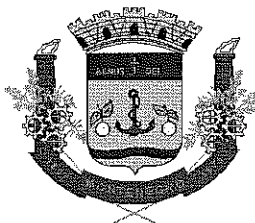
"Art. 49 - O Tribunal de Contas emitirá parecer prévio conclusivo sobre as contas que os Prefeitos Municipais devem prestar anualmente às respectivas Câmaras Municipais, cabendo o julgamento a estes Órgãos Legislativos, nos termos constitucionais.

§ 1º - O parecer prévio:

I - consistirá em uma apreciação geral e fundamentada sobre o exercício financeiro, devendo conter a análise e os elementos necessários à apreciação final, por parte da Câmara de Vereadores, das gestões contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional, bem como outros elementos igualmente definidos no Regimento Interno ou em Resolução;
II - concluirá pela aprovação ou não das contas, na forma estabelecida no Regimento Interno ou em Resolução.

§ 2º - O Tribunal de Contas, por ocasião da emissão do parecer prévio e quando for o caso, decidirá pela aplicação das sanções previstas nesta Lei, em especial, no inciso VII do artigo 33, sem prejuízo do disposto nos artigos 55 a 58 e 60 a 61.

§ 3º - Somente por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal não prevalecerá o parecer prévio de que trata este artigo."



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO
Montenegro Cidade das Artes**



De acordo com o art. 51 da mesma lei, é vedado à Câmara, sob pena de nulidade, julgar as contas do Prefeito enquanto o Tribunal de Contas não houver emitido sobre elas o respectivo parecer prévio, o que já ocorreu no caso em tela.

O art. 52 determina à Câmara de Vereadores a remessa ao Tribunal de Contas, no prazo de até 30 (trinta) dias após o julgamento, para ciência, cópia da decisão sobre as contas do respectivo Prefeito Municipal, devendo ser observado tal prazo.

O art. 33 da mesma lei define as competências do Tribunal de Contas do Estado, entre as quais está a aplicação de sanções ao Chefe do Executivo em função de irregularidades e ilegalidades verificadas em suas contas.¹

Salienta-se que durante o exercício de 2016 ocorreram as gestões de Luiz Américo Alves Aldana e de Carlos Einar de Mello, sendo distintos os pareceres emitidos pela Corte de Contas.

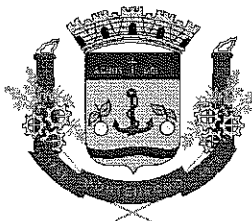
Portanto, as contas dos gestores de 2016 já chegaram à Câmara com o parecer prévio do Tribunal de Contas, restando, assim, a apreciação e julgamento do plenário, que após a votação na forma regimental consubstanciará a deliberação em decreto legislativo.

Observa-se que o parecer prévio só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal (art. 31, § 2º, da CF).

Para esse julgamento não se afigura possível qualquer diligência externa, pois já encerrada a fase instrutória do processo, realizada pelo próprio Tribunal de Contas.² A respeito do tema, a doutrina de HELY LOPES MEIRELLES:

¹ "Art. 33 - Ao Tribunal de Contas, órgão de controle externo, no exercício da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, compete, nos termos do disposto nos artigos 70 a 72 da Constituição do Estado e na forma estabelecida nesta Lei, o seguinte: [...] VII - aplicar multas e determinar ressarcimentos ao erário, em caso de irregularidades ou ilegalidades;"

² MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Municipal Brasileiro*. 6.ed. São Paulo: Malheiros, 1993, p. 501.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO
Montenegro Cidade das Artes



"Aprovadas as contas, o prefeito está quitado das despesas efetivadas e liberado de responsabilidade administrativa ou político-administrativa a elas relativa, mas não fica exonerado de responsabilização civil ou criminal por atos funcionais praticados naquele exercício financeiro, porque tais julgamentos são da exclusiva competência do Poder Judiciário."³

No caso em exame, o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado a respeito das contas do Executivo Municipal de Montenegro (exercício 2016) atende às premissas jurídicas, na medida em que realizado de acordo com a forma prescrita na Constituição Federal, bem como na Constituição Estadual e na Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado.

Diante disso, sob o aspecto formal, não há óbice jurídico à rejeição das contas do Executivo Municipal de Montenegro, exercício de 2016, relativamente ao gestor Luiz Américo Alves Aldana e pela aprovação das contas do executivo Municipal de Montenegro, exercício de 2016, relativa ao gestor Carlos Einar de Mello.

4

Montenegro/RS, 03 de novembro de 2019.


Alexandre Muniz de Moura
Consultor Jurídico - OAB/RS 63.697

³ MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Municipal Brasileiro*. 6.ed. São Paulo: Malheiros, 1993, p. 501-2.